

## Capítulo 4

# Os sistemas partidários em perspetiva comparada

## Introdução

No fim do século XX um conjunto de estudos sobre os processos de democratização na Europa do Sul apontavam para três resultados principais (Diamandouros e Gunther 2001b; Gunther, Diamandouros e Puhle 1995; Pridham 1990a e 1990b; Pridham e Lewis 1996). Em primeiro lugar, que apesar das diferentes vias e sequências de transição, em finais dos anos 80 Portugal, Grécia, Espanha e Itália tinham conseguido consolidar as suas democracias e começavam a aproximar-se dos modelos de democracia liberal prevalentes na Europa ocidental. Em segundo lugar, que na década seguinte Portugal, Grécia e Espanha deixavam para trás os períodos de polarização e de instabilidade política que caracterizaram os primeiros anos após a transição para adotar modelos de competição centrípetos com alternância entre dois partidos ou blocos moderados. Do mesmo modo, em Itália o pluralismo polarizado que tinha caracterizado as quatro primeiras décadas após a Segunda Guerra Mundial dava lugar a uma competição menos ancorada nas clivagens tradicionais, apesar de os níveis de fragmentação do sistema partidário se terem mantido elevados (Diamandouros e Gunther 2001a; Gunther 2005; Pasquino e Valbruzzi 2010). Em terceiro lugar, que parecia existir uma marca específica do «modelo mediterrânico» de democracia liberal, nomeadamente a coabitação entre instituições políticas similares às existentes noutras democracias ocidentais e uma cultura política tradicional (Pridham 1984). Apesar destes padrões de convergência, são muitas as diferenças que separam os sistemas políticos da Europa do Sul (Bruneau et al. 2001; Lijphart et al. 1988; Pridham 1990a).<sup>1</sup>

<sup>1</sup> Bruneau et al. (2001) demonstraram precisamente isso através da análise das dimensões federal-unitária e executivo-partido na Europa do Sul. A Itália e a Espanha perfilham instituições federalistas, enquanto Portugal e Grécia unitárias. A Itália é a típica democracia consensual, enquanto os restantes países se aproximam do modelo maioritário (particularmente a Grécia).

Neste capítulo exploramos essas diferenças através de uma análise comparativa e longitudinal dos sistemas partidários da França, Itália, Portugal, Espanha e Grécia desde a transição para a democracia até ao presente. Esta análise tem em conta dois recortes temporais específicos, que isolam conjunturas críticas importantes: a transição para a democracia e a crise económica de 2008. Dado o enfoque comparativo, este estudo não se detém nas especificidades de cada país, procurando antes identificar variáveis explicativas do funcionamento dos sistemas partidários com (relativa) aplicabilidade para o conjunto de países em análise.

Porquê o enfoque nestas duas conjunturas? Na verdade, os seus efeitos têm sido amplamente discutidos no seio de estudos clássicos, quer da transição democrática, quer do voto económico. Nos estudos da transição democrática (v., por exemplo, O'Donnell e Schmitter 1986) o tipo de transição e as escolhas estratégicas dos atores políticos figuram habitualmente na lista de fatores explicativos dos alinhamentos partidários e das sequências de desenvolvimento dos sistemas partidários a curto e longo prazo (Cotta 1996; Diamandouros e Gunther 2001a). O estudo comparativo realizado por Cotta (1996) em meados dos anos 90 confirmou a importância da transição na estruturação dos sistemas partidários da Europa do Sul, ainda que evidenciando diferenças marcantes entre os países. Nos casos da França e da Itália, os níveis de polarização e de fragmentação observados durante a fase de transição não se alteraram significativamente ao longo do tempo, apesar da entrada em cena de novos partidos e de novas questões fraturantes. Nos casos da Grécia e da Espanha, a rutura relativamente ao passado autoritário não foi tão profunda e permitiu a integração das velhas elites na definição das regras do jogo democrático (Cotta 1996; Diamandouros, Puhle e Gunther 1995; Liebert 1990). Em Portugal, a transição influenciou o desenvolvimento de um sistema político com forte domínio institucional dos partidos e onde a radicalização à esquerda, marcada por uma clivagem de regime entre os socialistas e os comunistas, impossibilitou a formação de uma aliança à esquerda a nível nacional até muito recentemente (Jalali 2007).

No que diz respeito à crise económica de 2008, foi particularmente sentida entre os países da Europa do Sul e forçou os governos da Espanha, Portugal, Grécia e Itália a pedir ajuda externa ou a cortar drasticamente nas despesas públicas (Bellucci, Lobo e Lewis-Beck 2012). No final de 2012 nenhum dos países tinha conseguido melhorar os indicadores de *performance* económica para níveis anteriores à crise (Magalhães 2014,

126). Na verdade, os anos da crise representaram um grande teste aos sistemas partidários da Europa do Sul. A implementação de medidas de austeridade foi feita de baixo de fortes protestos populares (Accornero e Ramos Pinto 2014; della Porta 2012) e à medida que novos partidos políticos entraram em cena. Se em França, Itália, Grécia e Espanha os governos incumbentes foram punidos fortemente pelo eleitorado e se assistiu ao surgimento de partidos radicais e populistas, em Portugal as mudanças foram mais ténues (Lobo e Lewis-Beck 2012; v. Bellucci 2014 sobre o caso italiano). Em concreto, demonstrou-se que as perceções sobre o estado da economia influenciam significativamente as opções de voto em Itália, Grécia, Espanha e Portugal e que a força deste efeito diminui entre os cidadãos que responsabilizam a União Europeia pela crise. Contudo, o que explica estas orientações diferenciadas dos eleitorados? É necessário também estudar fatores e legados estruturais de longa duração (della Porta *et al.* 2016 e 2017; Fernandes 2018).

Este conjunto de estudos sugere que as conjunturas críticas são importantes, mas que os seus efeitos não são idênticos em todos os casos e dependem da interseção entre vários fatores. Por exemplo, as escolhas feitas durante a transição resultam de uma equação entre os legados do passado e os riscos do presente e os seus efeitos na política de um país tenderão a diminuir com o tempo. Dito por outras palavras, é lógico supor que os efeitos desta conjuntura sejam menos visíveis nas democracias mais antigas, que já passaram por mais fases de (re)estruturação do sistema partidário, do que nas mais recentes. No que diz respeito à crise, os seus efeitos podem também ser altamente contingentes, por um lado, porque a crise foi em si desigual ao longo da Europa (Kriesi e Pappas 2015) e, por outro lado, porque os sistemas partidários não se mostraram igualmente resilientes face às pressões por mudança. O presente estudo analisa as continuidades e as ruturas entre a conjuntura de transição e a conjuntura de crise. Irá investigar em que medida os sistemas partidários são estruturados por fatores de longo prazo que resultam dos processos de transição para a democracia ou por fatores de curto prazo, relacionados com a mais recente crise económica. Complementarmente serão abordadas as estratégias de competição levadas a cabo pelos principais partidos políticos durante estas duas conjunturas.

A investigação levada a cabo neste capítulo está estruturada em três partes principais. Na primeira parte partimos de dados eleitorais e do projeto *Varieties of Democracy* para descrever os sistemas partidários da Europa do Sul desde a transição para a democracia. Recorremos a indicadores habitualmente utilizados para medir o formato (número efetivo

Neste capítulo exploramos essas diferenças através de uma análise comparativa e longitudinal dos sistemas partidários da França, Itália, Portugal, Espanha e Grécia desde a transição para a democracia até ao presente. Esta análise tem em conta dois recortes temporais específicos, que isolam conjunturas críticas importantes: a transição para a democracia e a crise económica de 2008. Dado o enfoque comparativo, este estudo não se deterá nas especificidades de cada país, procurando antes identificar variáveis explicativas do funcionamento dos sistemas partidários com (relativa) aplicabilidade para o conjunto de países em análise.

Porquê o enfoque nestas duas conjunturas? Na verdade, os seus efeitos têm sido amplamente discutidos no seio de estudos clássicos, quer da transitologia democrática, quer do voto económico. Nos estudos da transitologia democrática (v., por exemplo, O'Donnell e Schmitter 1986) o tipo de transição e as escolhas estratégicas dos atores políticos figuram habitualmente na lista de fatores explicativos dos alinhamentos partidários e das sequências de desenvolvimento dos sistemas partidários a curto e longo prazo (Cotta 1996; Diamandouros e Gunther 2001a). O estudo comparativo realizado por Cotta (1996) em meados dos anos 90 confirmou a importância da transição na estruturação dos sistemas partidários da Europa do Sul, ainda que evidenciando diferenças marcantes entre os países. Nos casos da França e da Itália, os níveis de polarização e de fragmentação observados durante a fase de transição não se alteraram significativamente ao longo do tempo, apesar da entrada em cena de novos partidos e de novas questões fraturantes. Nos casos da Grécia e da Espanha, a rutura relativamente ao passado autoritário não foi tão profunda e permitiu a integração das velhas elites na definição das regras do jogo democrático (Cotta 1996; Diamandouros, Puhle e Gunther 1995; Liebert 1990). Em Portugal, a transição influenciou o desenvolvimento de um sistema político com forte domínio institucional dos partidos e onde a radicalização à esquerda, marcada por uma clivagem de regime entre os socialistas e os comunistas, impossibilitou a formação de uma aliança à esquerda a nível nacional até muito recentemente (Jalali 2007).

No que diz respeito à crise económica de 2008, foi particularmente sentida entre os países da Europa do Sul e forçou os governos da Espanha, Portugal, Grécia e Itália a pedir ajuda externa ou a cortar drasticamente nas despesas públicas (Bellucci, Lobo e Lewis-Beck 2012). No final de 2012 nenhum dos países tinha conseguido melhorar os indicadores de *performance* económica para níveis anteriores à crise (Magalhães 2014,

126). Na verdade, os anos da crise representaram um grande teste aos sistemas partidários da Europa do Sul. A implementação de medidas de austeridade foi feita de baixo de fortes protestos populares (Accornero e Ramos Pinto 2014; della Porta 2012) e à medida que novos partidos políticos entraram em cena. Se em França, Itália, Grécia e Espanha os governos incumbentes foram punidos fortemente pelo eleitorado e se assistiu ao surgimento de partidos radicais e populistas, em Portugal as mudanças foram mais ténues (Lobo e Lewis-Beck 2012; v. Bellucci 2014 sobre o caso italiano). Em concreto, demonstrou-se que as perceções sobre o estado da economia influenciam significativamente as opções de voto em Itália, Grécia, Espanha e Portugal e que a força deste efeito diminui entre os cidadãos que responsabilizam a União Europeia pela crise. Contudo, o que explica estas orientações diferenciadas dos eleitorados? É necessário também estudar fatores e legados estruturais de longa duração (della Porta *et al.* 2016 e 2017; Femandes 2018).

Este conjunto de estudos sugere que as conjunturas críticas são importantes, mas que os seus efeitos não são idênticos em todos os casos e dependem da interseção entre vários fatores. Por exemplo, as escolhas feitas durante a transição resultam de uma equação entre os legados do passado e os riscos do presente e os seus efeitos na política de um país tenderão a diminuir com o tempo. Dito por outras palavras, é lógico supor que os efeitos desta conjuntura sejam menos visíveis nas democracias mais antigas, que já passaram por mais fases de (re)estruturação do sistema partidário, do que nas mais recentes. No que diz respeito à crise, os seus efeitos podem também ser altamente contingentes, por um lado, porque a crise foi em si desigual ao longo da Europa (Kriesi e Pappas 2015) e, por outro lado, porque os sistemas partidários não se mostraram igualmente resilientes face às pressões por mudança. O presente estudo analisa as continuidades e as ruturas entre a conjuntura de transição e a conjuntura de crise. Irá investigar em que medida os sistemas partidários são estruturados por fatores de longo prazo que resultam dos processos de transição para a democracia ou por fatores de curto prazo, relacionados com a mais recente crise económica. Complementarmente serão abordadas as estratégias de competição levadas a cabo pelos principais partidos políticos durante estas duas conjunturas.

A investigação levada a cabo neste capítulo está estruturada em três partes principais. Na primeira parte partimos de dados eleitorais e do projeto *Varieties of Democracy* para descrever os sistemas partidários da Europa do Sul desde a transição para a democracia. Recorremos a indicadores habitualmente utilizados para medir o formato (número efetivo

de partidos parlamentares e número efetivo de partidos no governo) e a estabilidade dos sistemas partidários (volatilidade eleitoral). Na segunda parte efetuamos um estudo preliminar de alguns fatores explicativos dos padrões de fragmentação e de volatilidade observados: começamos com uma análise descritiva das características dos sistemas políticos e continuamos com uma análise multivariada das determinantes da estabilização dos sistemas partidários. Esta análise tem algumas limitações em termos inferenciais, dado o limitado número de observações por país, mas será útil para a identificação de fatores explicativos alternativos. Na terceira parte levamos a cabo uma análise histórico-comparativa dos sistemas partidários da Europa do Sul, procurando isolar as transformações ocorridas durante a transição para a democracia e a crise económica de 2008. Terminamos com uma síntese dos principais resultados deste estudo.

## **As características dos sistemas partidários na Europa Sul (1945-2014)**

Segundo Sartori (1975), os sistemas partidários correspondem aos padrões de interação entre os partidos e podem ser classificados em função do número de partidos relevantes (isto é, que têm potencial de chantage ou de coligação) e da distância ideológica entre eles (isto é, do grau de polarização). Esta conceptualização é porventura uma das mais influentes na ciência política e está na base de muitos estudos sobre a estabilidade dos sistemas partidários europeus. Pedersen (1979 e 1983), por exemplo, analisou a volatilidade eleitoral em treze democracias europeias entre 1948 e 1977 e verificou que os sistemas partidários europeus estavam longe de estar «congelados», como argumentaram Lipset e Rokkan (1967). Contributos como os de Bartolini e Mair (1990) e de Mair (2002) continuaram a espelhar esta preocupação com o processo de estabilização dos sistemas partidários. O primeiro é um estudo empírico sobre os padrões e as determinantes da volatilidade eleitoral na Europa entre 1885 e 1985 e tornou-se uma referência para investigações que se focaram nos processos de estabilização dos sistemas partidários na América Latina (Roberts e Wibbels 1999) e na Europa de Leste (Tavits 2005). O segundo é um exercício sobretudo teórico que classifica os sistemas partidários em função dos padrões de competição pelo governo. Estes poderiam ser abertos ou fechados, consoante os padrões de alternância no governo, a familiaridade das fórmulas de governo e o limiar de acesso ao governo. De acordo com esta abordagem, enquanto os sistemas partidários das

novas democracias se apresentariam mais voláteis e mais abertos a possibilidades de alternância e de participação de novos partidos no governo, os sistemas partidários das democracias mais antigas e consolidadas seriam mais fechados e estruturados pelos partidos tradicionais. Nestes sistemas, o «congelamento» dos alinhamentos eleitorais em torno das cláusulas tradicionais levaria a mudanças pouco previsíveis nos padrões de competição pelo governo.

Com base nestes estudos escolhemos três indicadores – número efetivo de partidos parlamentares, número efetivo de partidos no governo e volatilidade eleitoral – para descrever os sistemas partidários da Europa do Sul. Observámos um período longo, que se iniciou na transição para a democracia e terminou nas eleições mais recentes. Entre 1945 e 2015 observámos um total de 76 eleições – 18 em Itália (1946-2013), 17 em França (1945-2012), 15 em Portugal (1975-2015), 14 na Grécia (1974-2015) e 12 em Espanha (1977-2015).

Para analisar o formato do sistema partidário apresentamos no gráfico 4.1 o número efetivo de partidos parlamentares (Laakso e Taagepera 1979) e no gráfico 4.2 o número efetivo de partidos no governo. Ambos os indicadores traçam uma linha divisória entre as velhas e as novas democracias da Europa do Sul. Enquanto a Itália e a França apresentam níveis mais elevados de fragmentação ao nível do parlamento e da composição do governo, Portugal, Grécia e Espanha apresentam estruturas de competição mais fechadas, que tendem a gerar parlamentos menos fragmentados e governos de partido único (sendo a Espanha o caso mais exemplificativo desta tendência). Do ponto de vista da fragmentação parlamentar, verificam-se algumas semelhanças em termos longitudinais. Em todos os casos, os níveis de fragmentação descem nos primeiros anos após a transição e mantêm essa tendência (ainda que de forma mais irregular no caso francês) ao longo do tempo. Com efeito, só mais recentemente, em Itália, a partir de 1994, em Portugal, Espanha e Grécia, nas eleições depois da crise de 2008, é que voltámos a assistir a um aumento dos níveis de fragmentação para marcas mais próximas ou superiores às observadas na fase pós-transição.

No que diz respeito aos níveis de volatilidade eleitoral, apresentados no gráfico 4.3, os dados voltam a contrariar as hipóteses convencionais de estudo dos sistemas partidários, e que fariam prever que as democracias mais antigas fossem mais fechadas e estáveis do que as mais recentes (Mair 2002; Lipset e Rokkan 1967). Efetivamente, encontramos níveis de volatilidade mais baixos em Portugal (10,9), Grécia (14,3) e Espanha (15,0) do que em França (16,9) e Itália (17,7). Neste quadro vale a pena



subsequentes, apesar de terem sido o partido mais votado tanto nas eleições de 1951 como nas de 1956. Esta fase de maior polarização e instabilidade política só é superada a partir da V República, quando se dá um alinhamento dos partidos em torno das clivagens tradicionais (esquerda/direita e secular/clerical) e se forma um espaço de competição bipolar, opondo o PCF e o PS à *Union pour la démocratie française* (UDF) e ao *Rassemblement pour la république* (RPR). *Union pour un mouvement populaire* (UMP) (Bornschieer e Lachat 2009). O domínio destes quatro manteve-se durante mais de uma década e só foi colocado em causa a partir de finais dos anos 90, com o crescimento eleitoral da *Front national* (FN) e o fortalecimento dos verdes e dos partidos da esquerda radical (Bornschieer e Lachat 2009, 364-365).

Nas eleições imediatamente antes e depois da crise os níveis de volatilidade cresceram ligeiramente, contrariando a tendência descendente da década anterior. Nas eleições de 2007, que ocorreram num quadro de sincronização de eleições presidenciais e legislativas, Nicolas Sarkozy foi eleito presidente e viu o partido que o apoiou (UMP) reunir mais de 45% dos votos e a maioria dos assentos parlamentares (Sauger 2007). As posições em temas como a imigração, a lei e a ordem contribuíram para o sucesso do partido e do candidato presidencial da direita relativamente aos seus competidores mais diretos: FN e PS. Nas eleições depois da crise (em 2012) a volatilidade fica a dever-se a dois aspetos. Por um lado, há uma viragem histórica no governo. Pela primeira vez desde 1995 os socialistas conseguem eleger o seu candidato (François Hollande) e obter a maioria parlamentar (Hewlett 2014). Parte deste resultado explica-se pela teoria do voto económico, uma vez que, na contracorrente do discurso dominante, os socialistas prometeram crescimento económico, criação de empregos, diminuição da idade da reforma e a renegociação do pacto fiscal a nível europeu (Hewlett 2014, 411). Por outro lado, nestas eleições a FN melhora o seu desempenho eleitoral, sobretudo nas presidenciais (com Marine Le Pen a figurar no terceiro lugar do pódio dos mais votados).

Em Itália os níveis de fragmentação e de volatilidade eleitoral distinguem dois momentos particulares da vida política do país: a I República (1948-1992), caracterizada por níveis elevados de polarização, e a II República (1994-), em que se assiste a uma desestruturação e «despolarização» do sistema partidário (Fabbrini 2009; Pasquino e Valbruzzi 2010).

Entre 1948 e 1992 prevaleceu um modelo de democracia consensual dinamizado pelas principais forças políticas que emergiram da *Resistenza*, nomeadamente a *Democrazia cristiana* (DC), o *Partito comunista d'Italia* (PCI) e o *Partito socialista italiano* (PSI). Similarmente ao caso francês, estes partidos formaram uma ampla coligação antifascista que liderou o processo de transição para a democracia (Cotta 1996, 73). A DC foi, sucessivamente, o partido mais votado até 1992, seguida de perto pelo PCI, a segunda força parlamentar. Em 1963 a DC e o PSI formam o seu primeiro governo de coligação, um modelo que seria replicado durante os anos 60 e 70 (v. anexo, gráfico 4.4). O PCI, por sua vez, após ter sido expulso da coligação de transição e ter sido excluído dos governos de coligação da DC, conseguiu encontrar o seu *modus vivendi* e, por sua vez, emergiu como um ator comprometido com a estabilidade democrática (Sassoon 1990, 100; Hine 1990, 77).

Entre 1992 e 1994 o sistema partidário italiano entra em crise devido a escândalos de corrupção e de financiamento ilegal dos partidos políticos.<sup>3</sup> Note-se que a Itália é o país da Europa onde a compra de voto é avaliada como mais elevada (v. Cancela neste volume). No imediato esta crise teve impactos evidentes: nenhum dos partidos que participaram no governo de coligação *pentapartito* (1980-1992) está hoje ativo; tanto os comunistas como os neofascistas sentiram a necessidade de mudar o seu nome e de rever o seu posicionamento político, e um novo partido<sup>4</sup> surgiu depois das eleições de 1994: a *Forza Italia* (FI) de Silvio Berlusconi (Pasquino e Valbruzzi 2010).

Esta crise política inaugurou uma nova fase do sistema político italiano que se caracterizou por mudanças significativas e contínuas nos padrões de interação entre os partidos (Pasquino e Valbruzzi 2010). As eleições de 2008 foram sintomáticas disso. Os partidos mais votados – *Partito democratico* (PD) e *Popolo della libertà* (PDL) – resultaram de uniões entre os principais partidos. O PD resultou de uma união entre os democratas-cristãos do *Margherita* e os comunistas *Democratici di sinistra* (DS), enquanto o PDL resultou de uma união entre a FI de Berlusconi e os neofascistas da *Alleanza nazionale* (AN) (Pasquino e Valbruzzi 2010, 184). Na sequência destas eleições, Berlusconi assume o cargo de primeiro-ministro,

<sup>3</sup> O escândalo ficou conhecido por *vaugentopoli* (cidade do suborno) e o inquérito judicial por *mani pulite* (mãos limpas).

<sup>4</sup> *Democrazia cristiana* (DC), *Partito socialista italiano* (PSI), *Partito socialista democratico italiano* (PSDI), *Partito liberale italiano* (PLI) e *Partito repubblicano italiano* (PRI).

<sup>2</sup> Partido que nasce da união entre *Rassemblement pour la république*, *Démocratie libérale* e *Convention démocrate*.

mas não resiste à conjuntura de crise, acabando por se demitir em 2011, na sequência da aprovação de um pacote de medidas de austeridade pelo parlamento italiano. Entre 2011 e 2013 seguiram-se os governos tecnocratas de Mario Monti, que contaram com um amplo apoio dos partidos parlamentares (Bellucci 2014, 243-244). Nas eleições de 2013 os níveis de volatilidade permanecem altos, sendo a principal novidade o surgimento do *Movimento 5 Stelle* (M5S), liderado pelo comediante/blogger Beppe Grillo, que consegue ser o segundo partido mais votado na sua estréia em eleições (Bellucci 2014). O sucesso deste partido deveu-se à sua capacidade para captar um eleitorado descontente (Conti e Memoli 2015), à quebra dos níveis de confiança nos partidos tradicionais e à estrutura de atribuição de responsabilidades pela origem da crise económica (Bellucci 2014).

Em Portugal, Espanha e Grécia os níveis de volatilidade e de fragmentação são, como notámos anteriormente, mais baixos, caracterizando todo o período de pós-consolidação até muito recentemente. Com efeito, só depois da crise de 2008 é que se voltam a registar valores superiores aos observados na fase pós-transição, embora este facto seja muito mais evidente nos casos da Grécia e da Espanha do que no de Portugal. No nosso entender, essas diferenças resultam do tipo de transição para a democracia. A transição portuguesa, via revolução social, ficou marcada por uma clivagem de regime entre os partidos que lideraram o processo de transição. Esta clivagem gerou fontes simbólicas (isto é, identidades partidárias, relações intrapartidárias) de estabilidade do sistema partidário, ao contrário do que sucedeu na Grécia e em Espanha, onde, apesar de tudo, a rutura com o passado não foi tão forte.

Em Portugal, entre 1977 e 1985, os níveis de volatilidade são relativamente baixos. Apesar da intensa polarização vivida no rescaldo da revolução (Jalali 2007), a formação de coligações poderá ter mitigado níveis mais elevados de volatilidade. À direita, o Partido Popular Democrático-Partido Social-Democrata (PPD-PSD) e o Centro Democrático e Social-Partido Popular (CDS-PP) estabeleceram a Aliança Democrática, que concorreu às eleições de 1979 e de 1980,<sup>5</sup> à esquerda, o Partido Socialista (PS) liderou a Frente Republicana e Socialista (FRS),<sup>6</sup> que concorreu às eleições de 1980, enquanto o Partido Comunista Português

(PCP) liderou a coligação Aliança Povo Unido (APU),<sup>7</sup> que concorreu às eleições entre 1979 e 1985. Este período fica ainda marcado por uma elevada instabilidade governativa, com dez governos nomeados entre 1976 e 1985 (Matos 1992, 781-782). Este padrão de instabilidade política altera-se a partir de 1987, com a primeira maioria absoluta de Cavaco Silva, que marca também o início de um período de alternância total entre os dois principais partidos – PS e PSD –, embora tenham existido governos de coligação de direita entre o PSD e o CDS-PP entre 2002 e 2004 e 2011 e 2015 (v. anexo, gráfico 4.4).

Até muito recentemente, estes partidos (e, em certa medida, o CDS-PP) compuseram aquilo a que se convencionou chamar o «arco da governação», do qual estavam excluídos os partidos mais à esquerda – o PCP e, desde 1999, o Bloco de Esquerda (BE). Uma coligação entre o PS e estes partidos sempre foi vista como remota, quer devido à clivagem de regime, quer devido à falta de vontade das lideranças partidárias. Este cenário altera-se em 2015, quando tanto a coligação de direita (PSD e CDS-PP) como o PS falham a maioria absoluta. Esta situação abre espaço para uma negociação histórica que resulta no primeiro governo de coligação à esquerda liderado pelo PS e com o apoio do BE e do PCP. A crise económica terá assim criado as condições necessárias para um evento único na história da democracia portuguesa, ainda que os atores principais tenham sido os partidos tradicionais.

Em Espanha os níveis de fragmentação mantiveram-se relativamente constantes até 2015, enquanto os níveis de volatilidade registaram um pico nos períodos 1977-1982 e 2011-2015. No período entre 1977 e 1982 os níveis de volatilidade assinalam a saída de cena da *Unión de Centro Democrático* (UCD) de Adolfo Suárez com a vitória do *Partido Socialista Obrero Español* (PSOE) nas eleições de 1982. Este resultado acabaria por ditar a dissolução da UCD, partido que liderou o processo de transição para a democracia e venceu as eleições de 1977 e de 1979. O período entre 1982 e 2011 é de relativa estabilidade e ficou marcado por alternâncias no poder e pela formação de governos de partido único liderados por duas forças políticas: PSOE (1982-1993 e 2004-2008) e Partido Popular (PP) (1996-2000 e 2011). Desde 2008 o apoio popular a estes dois partidos tem vindo a diminuir (v. anexo, gráfico 4.4), mas são as eleições de 2015 que abrem o precedente na histórica alternância entre os dois partidos, com o *Ciudadanos – Partido de la Ciudadanía* (C's) e o *Podemos*

<sup>5</sup> Juntamente com o Partido Popular Monárquico (PPM).

<sup>6</sup> Juntamente com a União de Esquerda Socialista Democrática (UEDS) e a Acção Social-Democrata Independente (ASDI).

<sup>7</sup> Juntamente com o Movimento Democrático Português – Comissão Democrática Eleitoral (MDP/CDE) e, após 1983, com o Partido Ecologista «Os Verdes» (PEV).

a reunirem 35% dos votos e a surgirem como parceiros a ter em conta no âmbito de um governo de coligação. O desempenho surpreendente destes dois partidos é uma das mais ilustrativas consequências da crise económica em Espanha.

Na Grécia, tal como em Espanha, só mais recentemente (em 2012) se observaram níveis de volatilidade e de fragmentação superiores aos observados no período de transição. Esta foi, na verdade, uma fase em que os níveis de estabilidade e de continuidade foram marcantes. A Nova Democracia (ND) de Konstantinos Karamanlis liderou o processo de transição, venceu as eleições de 1974 e de 1977 e, embora tenha perdido as eleições de 1981 para o Movimento Socialista Pan-Helénico (PASOK) de Andreas Papandreou, conseguiu regressar ao poder entre 1985 e 1990 e entre 2004 e 2008. Estes dois partidos foram os mais votados entre 1993 e 2000 e em 2008. Estes dois partidos foram os mais votados entre 1974 e 2012 (v. anexo, gráfico 4.4) e só mais recentemente, no contexto da crise, é que registaram uma quebra significativa nas suas votações (sobretudo o PASOK), sendo o principal beneficiado a Coligação da Esquerda Radical (Syriza). Os governos de partido único foram dominantes durante todo este período, com exceção dos governos de 1989-1990, que também incluíram os comunistas (Pridham e Verney 1991).

A leitura combinada destes três indicadores evidencia três aspetos. Em primeiro lugar, os sistemas partidários das democracias mais antigas são mais fragmentados e menos estáveis do que os sistemas partidários das democracias mais recentes. Sendo certo que surgiram novos partidos e que, particularmente nos casos francês e italiano, existiram mudanças significativas nas lógicas de coligação, o facto é que nas velhas democracias persistem níveis mais elevados de fragmentação e de volatilidade eleitoral. Embora a França já não registre níveis de volatilidade tão elevados como os que exibiu nos anos 70 – e que eram significativamente mais altos do que os de outras democracias europeias (Pedersen 1990; Shamir 1984) –, o facto é que permanece no grupo dos mais voláteis juntamente com a Itália. Distintamente, em Portugal, Grécia e Espanha assistiu-se a uma rápida institucionalização de uma «democracia de partidos» que, em menos de uma década, conseguiu criar padrões estáveis de competição eleitoral. Em segundo lugar, decorrente do ponto anterior, estes padrões parecem persistir desde o período de transição até muito recentemente, não sofrendo alterações substanciais ao longo do tempo. Em terceiro lugar, esta análise sugere que as conjunturas críticas – transição e crise – têm efeitos heterogêneos na estruturação dos sistemas partidários, não provocando alterações com igual profundidade em todos os países. Para melhor ex-

plicar essas diferenças conduzimos, nas secções finais deste capítulo, uma análise histórico-comparativa destes cinco países. Antes, porém, exploramos o efeito de fatores institucionais e económicos no sistema partidário.

## Dimensões explicativas dos sistemas partidários

Neste capítulo analisamos fatores explicativos da volatilidade eleitoral e da fragmentação parlamentar na Europa do Sul. Para isso estudamos modelos de regressão para dados de painel integrando variáveis que operacionalizam algumas das explicações convencionais dos sistemas partidários. Tendo em conta o limitado número de observações, optámos por não isolar ou modelizar os efeitos das conjunturas críticas (transição e crise). Tal implicaria uma análise com mais casos, o que vai para além do escopo de investigação deste capítulo. Também por este motivo, a análise aqui conduzida tem propósitos mais descritivos do que explicativos.

Segundo Bartolini e Mair (1990), fatores contextuais como as instituições políticas e o desempenho económico influenciam significativamente a estabilização dos sistemas partidários. Os mecanismos causais são evidentes: as instituições consensuais – e. g., sistema eleitoral proporcional, forma de governo parlamentar – favorecem a entrada em cena de novos competidores políticos, enquanto percepções mais negativas sobre a situação da economia estimulam a mudança de voto por parte de um eleitorado insatisfeito. Estudos que têm analisado as sequências de estruturação dos sistemas de partidos em velhas e novas democracias têm corroborado estas premissas total ou parcialmente (Mainwaring e Zoco 2007; Tavits 2005). Para além destes fatores contextuais, investigação mais qualitativa sobre países da Europa do Sul indica que os partidos são atores importantes a considerar (Diamandouros e Gunther 2001b, 394-395; Gunther 2005, 268-269; Cotta 1996; Jalali 2007; Ladrech 1989). Enquanto em Itália e em França os partidos que conduziram os processos de transição foram fundados no período entre as guerras, quando as organizações de massas eram o modelo dominante e as clivagens sociais eram fundamentais para estruturar os partidos, na Grécia, em Portugal e em Espanha os partidos são formações mais recentes que rapidamente evoluíram para modelos de organização *catch all*, em que as ideologias e a ancoragem social são mais fracas. Note-se, no entanto, que há mudanças ao longo do tempo a este respeito. Já que, por exemplo, em Itália, a partir da II República, as clivagens sociais perderam poder explicativo no

voto, acompanhando assim países como a Grécia e Portugal (Gunther 2005, 256).

Para testar estas explicações selecionámos um conjunto de variáveis a partir da base de dados do projeto *Varieties of Democracy*. Em termos de instituições políticas, construímos um índice composto que combina estrutura do parlamento, sistema eleitoral e forma de governo.<sup>8</sup> No que concerne à economia, utilizámos dois indicadores: «distribuição do poder político por posição socioeconómica»<sup>9</sup> e «bens particulares vs. públicos».<sup>10</sup> Sobre os partidos, escolhemos os indicadores que melhor discriminam as diferenças entre os países, nomeadamente «organizações partidárias permanentes»<sup>11</sup> e «ligações partidos-cidadãos».<sup>12</sup> Finalmente, incluímos a «robustez da sociedade civil»<sup>13</sup> e os «anos de democracia» (anos desde a primeira eleição democrática) como controlos. Uma sociedade civil robusta afeta vários aspetos do funcionamento das democracias e da estabilidade dos sistemas partidários, nomeadamente a competição entre interesses divergentes e a responsabilização do governo (Fernandes 2014b). Os anos de democracia, por sua vez, farão com que

<sup>8</sup> O índice é aditivo e para cada país indica o grau de abertura das instituições. Somamos os valores da estrutura do parlamento – (0) unicameral e (1) bicameral –, das formas de governo – (0) presidencial, (1) semipresidencial e (2) parlamentar – e, finalmente, do sistema eleitoral – (0) maioritário ou voto preferencial, (1) misto ou voto de bloco e (2) RP de lista fechada.

<sup>9</sup> Variável: distribuição do poder político por posição socioeconómica (*v2peprses*). Questão: «Em que medida o poder político está distribuído de acordo com a posição socioeconómica?». Varia entre 0 = as pessoas ricas têm o monopólio virtual do poder político; as pessoas comuns quase não têm influência, e 4 = as pessoas ricas não têm mais poder político do que as pessoas que têm rendimentos médios ou baixos; o poder político está distribuído de forma mais ou menos equitativa pelos grupos económicos.

<sup>10</sup> Variável: bens particulares ou públicos (*v2dtenmps*). Questão: «Considerando o perfil das despesas sociais e em infraestruturas do orçamento nacional, em que medida as despesas têm fins 'particularistas' ou 'públicos'?». Varia entre 0 = grande parte da despesa social é em infraestruturas tem fins particularistas e 4 = grande parte da despesa social é em infraestruturas tem fins públicos.

<sup>11</sup> Variável: organizações partidárias permanentes (*v2porgs*). Questão: «Quanto partidos, dos que competem a nível nacional, têm organizações permanentes?» 0 = nenhum; 1 = menos de metade; 2 = mais ou menos metade; 3 = mais de metade; 4 = todos os partidos.

<sup>12</sup> Variável: ligações partidos-cidadãos (*v2psprlnks*). Questão: «Entre os maiores partidos, qual o mecanismo mais comum de representação do eleitorado?» 0 = clientelista; 1 = misto entre clientelista e bens coletivos locais; 2 = bens coletivos locais; 3 = misto entre bens coletivos locais e político/programático; 4 = político/programático.

<sup>13</sup> Variável: índice de robustez da sociedade civil (*v2scs\_civ*). Questão: «Em que medida a sociedade civil é robusta?». O índice é criado com base nas estimativas de um modelo de análise fatorial bayesiano dos indicadores entrada e saída de OSC (*v2scsorgs*), repressão das OSC (*v2scsprs*) e ambiente participativo das OSC (*v2scsprtp*).

os sistemas partidários tendam a estabilizar-se, embora a relação não seja linear, como observámos nos países da Europa do Sul.

Antes de passar aos resultados da análise de regressão apresentamos no quadro 4.1 as características dos sistemas políticos. Em termos de instituições políticas, o desenho é claramente mais consensual do que maioritário, pelo que esta poderá ser uma variável pouco explicativa dos padrões de volatilidade e de fragmentação encontrados. Assim, observamos que a França, a Espanha e a Itália têm parlamentos bicamerais, enquanto a Grécia e Portugal unicamerais. A Itália, a Espanha e a Grécia têm sistemas parlamentares, enquanto Portugal e a França semipresidenciais. No que diz respeito às leis eleitorais, em Portugal e Espanha vigora um sistema RP de lista fechada e na Grécia RP de lista aberta. A Itália é o país que conheceu mais alterações a este nível (oscilando entre RP de lista aberta, misto e RP com bônus), enquanto a França manteve sempre o sistema maioritário a duas voltas, com exceção do período de 1985-1986, em que foi adotado o sistema RP.

Olhando para os indicadores quantitativos agregados para o período de análise de cada país, podemos destacar dois aspetos. Por um lado, a Itália e a Grécia assemelham-se por apresentarem organizações partidárias menos implantadas territorialmente e partidos que se ligam aos cidadãos com base em apelos clientelistas e a bens coletivos locais. Nestes países também encontramos as maiores desigualdades do ponto de vista da distribuição do poder político e uma despesa em infraestruturas de natureza particularista. Por outro lado, a França, Portugal e a Espanha parecem aproximar-se nos indicadores de desigualdade de distribuição do poder político e por a despesa em infraestruturas ser menos particularista. Adicionalmente, a ligação partidos-cidadãos baseia-se sobretudo em apelos a bens coletivos locais e a implantação territorial dos principais partidos é maior do que a observada na Grécia e em Itália.

No quadro 4.2 apresentamos os resultados de duas regressões para dados de painel, tendo como variáveis dependentes a volatilidade eleitoral e a fragmentação parlamentar. Baseando-nos na análise descritiva dos países, consideramos os indicadores de desigualdade económica e de institucionalização dos partidos como mais importantes, enquanto os restantes entram como controlos no modelo, dada a sua fraca variabilidade entre os casos. Começando pelo modelo para a volatilidade eleitoral, observamos que ela é maior onde (i) as despesas em infraestruturas são mais particularistas, (ii) as ligações entre partidos-cidadãos estão mais próximas de serem coletivas do que clientelistas e (iii) as organizações dos partidos são mais permanentes. Estes resultados são consistentes com o estudo

Quadro 4.1 – Características dos sistemas políticos da Europa do Sul (variáveis selecionadas)

	Portugal	França	Itália	Espanha	Grécia
Estrutura do parlamento	Unicameral	Bicameral	Bicameral	Bicameral	Unicameral
Sistema eleitoral	RP lista fechada	RP (1985-1986) lista aberta Maionário (1940-1990) a duas voltas Misto (1993-2004) RP bonus (2005-)	RP lista aberta (1940-1990)	RP lista fechada	RP lista aberta
Forma de governo	Semipresid.	Semipresid.	Parlamentar	Parlamentar	Parlamentar
Organização partidária permanentes	1,9	1,8	1,4	2,1	1,7
Ligações partidos-cidadãos	1,2	2,0	1,0	1,6	0,8
Distribuição do poder político por posição socioeconómica	0,9	1,2	0,8	1,4	0,9
Bens particulares vs. bens públicos	1,5	1,6	1,0	1,8	0,6
Robustez da sociedade civil	0,9	1,0	0,8	0,9	0,9
Anos de democracia (2015)	40	70	69	39	41

Nota: Os valores nas células dizem respeito à média para o período de análise; as eleições de 2015 foram excluídas por falta de dados nas variáveis observadas.

Fontes: Coppedge et al. (2016), disponível online em <https://www.v-dem.net/en/>; sobre os sistemas eleitorais, v. Freire (2015).

de Cancela (neste volume), que revela que as políticas particularistas estão relacionadas com maior participação eleitoral e corrupção eleitoral. Significam ainda que a volatilidade é sobretudo dinamizada por partidos organizados e com ofertas políticas menos particularistas.

No modelo sobre fragmentação parlamentar, os indicadores de desigualdade económica não são preditores significativos (ainda que os efeitos sejam os previstos) e entre as características dos partidos verifica-se que, quanto mais fortes do ponto de vista territorial, menor a fragmentação. Neste modelo, os controlos são preditores importantes, pois, quanto mais robusta a sociedade civil, maior a fragmentação e, quanto mais jovem a democracia, menor a fragmentação. Ambos os modelos mostram a relevância quer do tipo de despesa do Estado, quer do tipo de partido, nos níveis de volatilidade e de fragmentação parlamentar. No que se segue deste capítulo focamos a nossa atenção nas conjunturas críticas e nas estratégias dos partidos políticos.

Quadro 4.2 – Fatores explicativos das características dos sistemas partidários

	Modelo 1 Volatilidade eleitoral	Modelo 2 Fragmentação parlamentar
<b>Indicadores de desigualdade económica</b>		
Distribuição do poder político por posição socioeconómica	-0,18 (0,38)	-0,11 (0,15)
Bens particulares vs. bens públicos	-1,11 (0,39)**	-0,18 (0,18)
<b>Indicadores de institucionalização dos partidos</b>		
Ligações partidos-cidadãos	1,67 (0,48)**	0,03 (0,18)
Organizações partidárias permanentes	4,38 (0,99)***	-0,61 (0,24)*
<b>Controlos</b>		
Instituições consensuais	-0,05 (0,17)	0,04 (0,09)
Robustez da sociedade civil	0,51 (2,20)	2,05 (0,58)***
Anos de democracia	0,00 (0,01)	-0,01 (0,00)*
Efeitos fixos (país)	sim	Sim
Constante	-7,63 (2,88)**	0,37 (0,44)
Observações	68	73
Grupos	5	5
R <sup>2</sup>	0,40	0,48

Notas: 1. Estimámos a regressão linear com *panel corrected standard errors* (pcse) proposta por Beck e Katz (1995), incluindo efeitos fixos ao nível do país; 2. as variáveis dependentes foram estandarizadas; 3. os valores nas células dizem respeito a coeficientes de regressão de painel com erros-padrão entre parênteses; 4. níveis de significância: \*\*\* $p < 0,001$ ; \*\* $p < 0,01$ ; \* $p < 0,05$ .

## Conjunturas críticas e estruturação dos sistemas partidários

Conjunturas críticas, como crises e revoluções, podem levar a importantes mudanças institucionais porque favorecem o surgimento de novos valores e ideais políticos e a sua integração nas instituições existentes (Hogan 2006, 657).

Nesta secção observámos duas dessas conjunturas – a transição e a crise de 2008 – e analisámos as continuidades e ruturas entre ambas. Os estudos sobre os processos de transição na Europa do Sul sugerem que o tipo de transição influenciou, entre outras coisas, as relações entre a sociedade civil e o Estado e a cultura cívica democrática de cada país. A transição via revolução social (Portugal) terá criado condições favoráveis ao surgimento de uma democracia mais igualitária, de uma sociedade civil mais robusta e de uma cultura cívica mais participativa do que a transição via reforma (Grécia e Espanha), que não implicou uma rutura

profunda com o passado autoritário (Fishman 2005 e 2010; Fernandes 2014a e 2014b). Neste sentido, o tipo de transição que ocorreu em Portugal criou uma clivagem de regime que estruturou o sistema partidário desde cedo e a longo prazo, enquanto em Espanha e sobretudo na Grécia não existiu uma clivagem de regime tão forte, dado o papel ativo que as elites do anterior regime continuaram a desempenhar nas definições das regras do jogo democrático. A capacidade de acomodação dos partidos em face da distribuição dos recursos materiais e políticos gerou sobretudo fontes materiais de estabilidade dos sistemas partidários, tomando-os por isso mais vulneráveis perante a crise.

Relativamente à conjuntura de crise, já observámos que o seu efeito está longe de ser homogêneo, pois, enquanto os sistemas partidários da Grécia e da Espanha começaram a experimentar níveis de fragmentação e de volatilidade superiores nas eleições que se seguiram à crise de 2008, em Portugal o sistema de partidos revelou maior resiliência. A França e a Itália, ainda que menos afetadas pela crise, mantiveram os níveis de volatilidade e de fragmentação que acompanharam as diferentes fases de estruturação do sistema partidário (com exceção do pico 1992-1994 em Itália).

Tendo em conta os limites de uma abordagem estritamente ancorada na leitura das conjunturas críticas, argumentamos que o seu efeito é conligante ao surgimento de fatores alternativos, nomeadamente novas clivagens e novos partidos, que oferecem novas bases de competição eleitoral. Um enfoque desta natureza leva-nos a considerar as estratégias dos partidos políticos fora dos contextos de crise e na «rotina» da competição eleitoral. Assim, procuraremos abordar as respostas estratégicas dos partidos *mainstream* ao surgimento de novos partidos e de novas questões fraturantes. Essas estratégias podem passar por uma postura de indiferença, acomodação ou confrontação (Meguid 2008). Considerar estes mecanismos é, no nosso entender, útil para explicar mudanças e continuidades nos sistemas partidários da Europa do Sul e para explicar os efeitos desiguais da crise.

### A transição para a democracia: estratégias de acomodação e confrontação

Anteriormente vimos que a França e a Itália apresentam níveis de volatilidade e de fragmentação superiores aos evidenciados nas democracias mais recentes de Portugal, Espanha e Grécia. Vimos também que estas tendências se mantêm constantes ao longo do tempo, parecendo, contudo, absorver um efeito específico do período histórico que os partidos

enfrentam. Assim, após um período de maior incerteza e de polarização, assistiu-se, ao longo dos anos 90 e inícios do século XXI, a uma relativa estabilização dos sistemas partidários, que, todavia, nunca foi suficiente para contrariar ou inverter os padrões observados durante a transição, pelo menos até à crise de 2008, em que voltaram a registar-se transformações importantes no espaço político de cada país.

No que diz respeito à França e à Itália, a estratégia dos partidos na fase de transição pautou-se sobretudo por uma acomodação entre as principais forças políticas. As coligações antifascistas recortaram clivagens no eixo esquerda-direita e isso permitiu a transição para a democracia, viabilizar governos de coligação (ainda que relativamente breves) e contornar o ambiente de pluralismo polarizado que caracterizou os primeiros anos pós-transição e, mais importante, a passagem à fase de consolidação. Quais foram os efeitos desta fase na estruturação do sistema partidário a longo prazo? Em ambos os países os partidos que lideraram os processos de transição permaneceram atores políticos-chave até meados dos anos 90 e as coligações – ainda que obedecendo a lógicas diferentes – permaneceram um mecanismo fundamental para o fabrico de governos maioritários. Mas existem diferenças entre estes dois casos e limites quanto à extensão dos efeitos desta conjuntura crítica. Em França, após a saída do PCF da coligação, em 1947, há uma primeira estruturação do sistema partidário, que abre a coligação a parceiros de direita (os gaullistas e os poujadistas), permitindo que, a partir da V República, as coligações passassem a convergir com a clivagem direita-esquerda. Os níveis de fragmentação continuaram elevados, mas PCF, PS, UDF e UMP (ou RPR) permaneceram forças políticas centrais desde a transição até finais da década de 90. O balanço de poder entre estes partidos alterou-se ao longo do tempo: à esquerda, o PS afirmou-se como principal força política frente ao PCF e à direita, a UMP ganhou protagonismo sobre a UDF. Esta fase, que ficou conhecida como a de um multipartidarismo bipolar (Bornschieer e Lachat 2009, 364; Mair, Müller e Plasser 2004, 49), começou a alterar-se a partir de finais dos anos 90 com o crescimento eleitoral da FN, dos partidos verdes e da esquerda radical.

A entrada em cena destes atores parece resultar de dois fatores. Em primeiro lugar, do enfraquecimento das clivagens tradicionais e do surgimento de outros temas fraturantes, como a União Europeia, a imigração e o ambiente, em torno dos quais a oferta e a procura política passaram a estruturar-se (Mair, Müller e Plasser 2004, 52). Em segundo lugar, das instituições políticas, nomeadamente o sistema eleitoral. Enquanto

o uso do sistema maioritário a duas voltas nas eleições nacionais criou incentivos para o voto estratégico e favoreceu os principais partidos, o uso da fórmula proporcional em eleições de segunda ordem – regionais/municipais e europeias – permitiu que os eleitores pudessem ser mais flexíveis na distribuição das suas preferências, votando em partidos mais periféricos (Bomschier e Lachat 2009, 364-365). Parodi (1997) explica o efeito desta marca institucional através da imagem do «acordeão eleitoral», segundo o qual nas eleições europeias e regionais os eleitores teriam incentivos para abrir o acordeão eleitoral, porque existe uma maior oferta de candidatos e o sistema eleitoral favorece a representação, enquanto nas eleições nacionais teriam incentivos para fechar o acordeão e votar estrategicamente nos partidos mais fortes. Este argumento explica o sucesso da FN, que conseguiu entrar na competição eleitoral a nível nacional após um desempenho eleitoral consistente numa série de eleições de segunda ordem ao longo dos anos 80 (Bomschier e Lachat 2009, 364-365; Mair, Müller e Plasser 2004, 51).

No caso da Itália, os elevados níveis de polarização não impediram a formação de compromissos – sobre a forma de governos de coligação –, que foram relevantes no momento da transição e estruturaram uma primeira fase de desenvolvimento dos sistemas partidários até 1994, em que a DC foi o partido dominante. A isto deveu-se uma estratégia de acomodação adotada pelos principais partidos – PCI, DC e PSI – que permitiu gerar alguns consensos, apesar de os níveis de volatilidade eleitoral se terem mantido elevados (Hine 1990).<sup>14</sup>

Não obstante, durante a I República, a Itália nunca conseguiu superar completamente os legados da transição, nomeadamente os elevados níveis de fragmentação e a instabilidade dos governos de coligação, bem como a necessidade de conquistar apoios à esquerda e à direita do espectro político. Este aspeto coloca a Itália numa situação algo excelsional quando comparada com as outras democracias da Europa do Sul (Pasquino e Valbruzzi 2010), em que os partidos, alguns anos após a transição, conseguiram estruturar a competição em torno do eixo esquerda-direita. O sistema partidário que se origina em Itália a partir da II República tem outros protagonistas e diferentes lógicas de competição, na medida em que se assiste a uma despolarização do espaço político, visível nas várias tentativas e episódios de coligação e união entre partidos, na retração acentuada das clivagens tradicionais (de classe e religiosa) e, finalmente, no processo de

crescente personalização da política e das campanhas eleitorais (Pasquino 2001; Pasquino e Valbruzzi 2010). Assim, pode-se afirmar que a II República marca uma primeira rutura com os legados da transição e que a crise de 1992-1994 foi uma conjuntura crítica fundamental para a transformação do sistema partidário da I República.

Em Portugal, Espanha e Grécia a transição teve efeitos heterogêneos na reconfiguração do espaço político a curto prazo, ainda que produzindo a longo prazo sistemas partidários estáveis e pouco fragmentados. Importa referir que estes países protagonizaram transições para a democracia diferentes: enquanto Portugal é um caso de transição por revolução social, a Espanha e a Grécia efetuaram transições via reforma, por impulso das elites reformistas do regime autoritário (Fernandes 2014a e 2014b; Fishman 2010).

No caso espanhol, a UCD de Adolfo Suárez desempenhou um papel central no processo de transição e foi o partido dominante até 1982, altura em que sofre uma derrota eleitoral significativa que leva ao desaparecimento do partido. A UCD foi uma confederação eleitoral de vários partidos (com identidades distintas) que se propôs criar um consenso ao centro do espectro político, que juntasse a oposição moderada do regime anterior com os sectores liberais da elite franquista, de modo a afastar o risco de confrontação entre a direita conservadora e a esquerda radical (Cotta 1996, 78-79). A razão de ser desta confederação integra elementos da história espanhola: o franquismo tinha significado a vitória de um dos «campos» da guerra civil e a democracia teria de ser fundada com base num acordo entre as duas partes (id., *ibid.*). Se é certo que esta dimensão de compromisso e de consenso caracterizou a transição espanhola, importa referir que entre 1977 e 1980 existiu uma disputa intensa sobre a natureza das instituições do regime por parte de grupos nacionalistas regionais (Liebert 1990). Isso emergiu nos debates em torno da aprovação da Constituição, da definição dos poderes dos governos regionais e do estatuto das regiões autónomas. Os grupos nacionalistas regionais da Catalunha e do País Basco foram as principais fontes de instabilidade: a *Minoria Catalana* (MC), o *Partido Nacionalista Vasco* (PNV) a *Euzkadi Euzkerra* (EE) e a *Esquerra de Catalunya* (Liebert 1990, 150). No referendo constitucional de 1978, a EE fez campanha pelo não e o recém-constituído *Herri Batasuna* pelo não ou abstenção. No final, os bascos acabaram por não aprovar a Constituição na Catalunha e na Galiza, onde a *Esquerra Republicana de Catalunya* e o *Bloque Nacional Galego* pediram a abstenção, venceu o sim, apesar de os níveis de abstenção se terem mantido altos, sobretudo na Galiza (Liebert 1990, 150-153).

<sup>14</sup> Relacionados essencialmente com vagas de mobilização e de participação eleitoral.

A institucionalização de governos pré-regionais a partir de 1977 por decreto do governo também provocou reações diferenciadas por parte dos partidos regionalistas. No caso da Catalunha foi possível a cooperação entre o governo e as forças nacionalistas, mas no País Basco os partidos foram excluídos das negociações, levando ao reforço de um sentimento separatista e de antagonismo face ao governo central. Por fim, o estabelecimento de instituições políticas em várias regiões foi condicionado, em diferentes graus, por partidos regionais-nacionalistas: na Galiza foi influenciado pelo partido de governo perante o protesto da esquerda nacionalista, na Catalunha houve consenso entre os nacionalistas e as outras forças parlamentares e no País Basco teve lugar debaixo da liderança do PNV e da pressão das forças nacionalistas radicais, que contruíram para que o governo desta região tivesse mais poderes legislativos do que as outras regiões espanholas (Liebert 1990, 153-158).

Em Portugal, a euforia revolucionária de 1974 foi rapidamente bloqueada por conflitos entre as forças que se opuseram ao regime, originando uma série de mobilizações de massas entre 1974 e 1975, despoletadas por divisões profundas, quer entre os militares, quer entre os partidos políticos, sobre a natureza do regime democrático. Durante a transição, Soares e o PS foram vigorosos defensores de um modelo de democracia liberal, numa clara oposição ao PCP. Isto fez com que o PS se aproximasse do PPD-PSD e do CDS-PP – que não estavam em posição de contestar a liderança do PS. Segundo Jalali (2007), esta cumplicidade foi vital para o sucesso da transição democrática e marcou a estruturação do sistema partidário português a longo prazo, que fica caracterizado pela exclusão dos comunistas e pela cooperação ao centro entre o PS e o PSD (e, em parte, o CDS-PP). A função antissistema atribuída ao PCP e a clivagem de regime entre o PS e o PCP impediram uma coligação ou entendimento à esquerda no momento da transição, mas também nas quatro décadas seguintes.<sup>15</sup> A estruturação do sistema partidário a partir de 1982 fica marcada pela alternância entre governos de partido único (com algumas exceções) liderados pelo PS e pelo PSD.

<sup>15</sup> «A exclusão do PCP reflete a crescente polarização do período revolucionário, que culminou no verão quente de 1975, quando se chegou a temer um cenário de guerra civil. As ações do PCP durante este período foram interpretadas como uma tentativa de instalar um regime comunista, em coligação com segmentos radicais das forças armadas. Este aparente projeto hegemónico foi vigorosamente rejeitado por outros actores relevantes, sobretudo pelos outros partidos, pelos seus aliados militares e pela Igreja, tendo, finalmente, fracassado com o golpe de 25 de novembro. Este padrão correu o capital acumulado de legitimidade democrática que o PCP adquirira enquanto força principal da oposição ao Estado Novo, consignando-o a uma posição antissistémica» (Jalali 2007).

Na Grécia, tal como em Portugal, os militares tiveram um papel importante na mudança de regime. No entanto, no caso da Grécia é difícil dizer se se tratou de uma transição de regime ou de Estado, já que o carácter militar do regime dos coronéis fez com que existisse uma sobreposição entre o Estado e o regime (Fishman 2010). Este aspeto, aliado à brevidade do regime dos coronéis, fez com que a transição tivesse um papel limitado no desenvolvimento do sistema partidário (Cotta 1996). A direita (ND) tomou desde logo o controlo do governo e do processo democrático e o desempenho de Konstantinos Karamanlis, especialmente no primeiro período da *metapolitefsi*, foi fundamental; a sua capacidade de recolher apoio junto dos partidos da oposição garantiu o sucesso desta fase. Este apoio não foi consistente, ativo ou direto, mas antes tácito e indireto, vindo até de partidos da oposição, como a União do Centro (EK-ND), na altura o principal partido da oposição, e da Esquerda Democrática Unida (EDA). Contudo, também existiu oposição ao regime, vinda sobretudo do espectro da esquerda, nomeadamente do PASOK e do Partido Comunista da Grécia (KKE), que, apesar de serem vozes pró-democratas, criticavam o papel centralizador de Konstantinos Karamanlis na definição das regras democráticas, nomeadamente limitando-as a procedimentos parlamentares e eleitorais (Spourdalakis 1996, 168). Em 1981 o PASOK venceu as eleições, mas o regresso ao poder da ND em 1990 demonstra que o sistema partidário permaneceu mais ou menos estruturado de acordo com as linhas de competição que cedo estabelecera (Cotta 1996, 88). A continuidade relativamente ao passado é um dos aspetos que caracterizam o sistema partidário grego, nomeadamente no que diz respeito à relação entre o Estado, a sociedade e o funcionamento do parlamento (Spourdalakis 1996). Em vez do modelo de personalismo individualizado, que prevalecia no período pré-autoritário, emerge um conceito de clientelismo em que a pertença a um partido facilita o acesso aos benefícios do Estado. Deste modo, o personalismo tomou-se pessoal e institucionalizado pela máquina partidária e pelo poder executivo do Estado (Spourdalakis 1996, 176).

Esta análise comparativa permite-nos extrair algumas conclusões preliminares. A primeira aponta para a excecionalidade do caso português no contexto das novas democracias da Europa do Sul. A via revolucionária para a democracia e a rutura relativamente ao passado autoritário, com total renovação das elites,<sup>16</sup> criou uma clivagem de regime que foi funda-

<sup>16</sup> Caracterizada por purgas extensivas dos oficiais das forças armadas, administração local e administração pública (Pinto 2010).

mental para a estabilidade do regime a longo prazo e para ditar os posicionamentos dos principais partidos à direita e à esquerda do espectro político. De resto, a natureza da transição favoreceu a emergência de uma democracia com maior qualidade no que toca ao envolvimento da sociedade civil e à natureza das políticas públicas (mais inclusivas), quando comparada com os países que fizeram a sua transição via reforma (Fernandes 2014a; Fishman 2005). Em segundo lugar, nos casos da Grécia e da Espanha não houve uma rutura relativamente ao passado, as circunstâncias convergiram para a fabricação de consensos imediatos entre velhas e novas elites com vista a minimizar os riscos da transição. No entanto, este consenso estava dependente de uma estratégia redistributiva a longo prazo: no caso espanhol, relacionado com o processo de regionalização, e no caso grego, com a sustentabilidade das redes clientelares dos partidos.

Sintetizando, no caso português, a clivagem de regime parece ter gerado fontes simbólicas de estabilidade do sistema partidário, enquanto na Grécia as fontes de estabilidade do regime parecem ter sido essencialmente materiais e por isso mesmo mais vulneráveis perante a crise. Em Espanha a questão da distribuição dos recursos políticos e económicos pelas regiões autónomas representou, desde a transição, uma ameaça à estabilidade da democracia e reemergiu com força no momento da crise. O exemplo mais claro é o da Catalunha, onde os apelos por independência<sup>17</sup> têm aumentado desde a crise. Note-se que esta é uma questão que tem polarizado os partidos e que terá inviabilizado, inclusivamente, uma coligação à esquerda na sequência das legislativas de 2015.<sup>18</sup>

## Os sistemas partidários e a crise: continuidade e mudança

A crise económica de 2008-2012 teve várias dimensões e efeitos distintos ao longo da Europa.<sup>19</sup> Enquanto países como a Noruega e a Suíça praticamente não foram afetados pela crise, países como a Grécia, Portugal e a Irlanda experimentaram a sua versão mais aguda – a crise da dívida soberana – e tiveram de ser resgatados pela *troika*. Finalmente, países

como a Espanha, a Itália e a França assistiram à deterioração de vários indicadores de desempenho económico entre 2008 e 2012, nomeadamente o aumento da dívida do governo e da taxa de desemprego e a retração do PIB para os valores mais baixos das últimas três/quatro décadas (v. anexo, gráfico 4.5).

Esta crise teve importantes consequências políticas. Um pouco por toda a Europa contribuiu para a erosão dos sistemas partidários, principalmente nos países mais fragilizados pela crise, e a um realinhamento do eleitorado em torno da clivagem «integração-demarkação» (Kriesi 1998; Kriesi *et al.* 2012). Esta clivagem resulta do processo de globalização e capta as divisões (entre vencedores e vencidos) resultantes do processo de crescente competição económica, política e cultural a nível global (Kriesi 1998; Kriesi *et al.* 2012). De acordo com esta perspetiva, a mobilização dos vencidos por parte dos partidos da direita populista e por alguns partidos liberais e conservadores tradicionais criou um ímpeto de mudança que abalou os sistemas partidários europeus a partir de 2008 (Kriesi e Pappas 2015).

Uma das manifestações desta crise foi o despoletar de um ciclo global de protestos que tem sido amplamente discutido pela literatura sobre novos movimentos sociais e sobre a sua relação com novas formas de conflito no contexto de crise (Kriesi *et al.* 2012; della Porta 2013). Os países da Europa do Sul têm sido partes integrantes deste novo ciclo de protestos, em resultado quer da crise económica, quer das quebras de longo prazo nos níveis de confiança relativamente às instituições políticas (Accornero e Ramos Pinto 2014). Em Itália a contestação originou novos partidos políticos (e. g., o M5S) e novas fórmulas de governo (governos tecnocratas de Mario Monti), enquanto na Grécia se assistiu a uma forte polarização do voto, ao intensificar de formas violentas de protesto e ao surgimento de movimentos pró-democracia direta (Accornero e Ramos Pinto 2014; Verney e Bosco 2013). Em Espanha, a crise motivou uma série de movimentos de protesto – mediatizados pelos *indignados* que ocuparam a *Puerta del Sol*, em Madrid, a *Plaça de Catalunya*, em Barcelona, e centenas de outros locais a partir de 15 de maio de 2011. Estes movimentos antiausteridade reivindicaram uma maior participação dos cidadãos no processo de escolha das políticas económicas e na sua implementação. O movimento dos *indignados* inspirou movimentos similares na Grécia, onde a oposição às medidas de austeridade assumiu, apesar de tudo, formas mais violentas (della Porta 2012). De resto, a conjuntura de crise foi também uma condição suficiente para o (re)surgimento de novos partidos na cena política espanhola (*Podemos* e *C's*).

<sup>17</sup> V., por exemplo, <http://www.nytimes.com/2012/09/14/world/europe/14iht-catalonia14.html>; <http://www.telegraph.co.uk/finance/economics/11849126/Why-Catalonia-bid-for-independence-is-Europes-next-headache.html>.

<sup>18</sup> V. [http://ccaa.eipais.com/ccaa/2016/06/14/catalunya/1465893030\\_437950.html](http://ccaa.eipais.com/ccaa/2016/06/14/catalunya/1465893030_437950.html).

<sup>19</sup> A crise foi caracterizada por três aspetos inter-relacionados: (i) crise de competitividade causada pela desaceleração económica na Europa; (ii) crise económico-financeira pela falta de liquidez dos bancos; (iii) crise da dívida soberana (Kriesi e Pappas 2015).

Do ponto de vista dos resultados eleitorais, as mudanças são importantes. Em Itália o M5S consegue 25% dos votos na sua primeira eleição legislativa em 2013. Conti e Memoli (2015) argumentam que, mais do que as estratégias de comunicação, baseadas num misto de protestos e de apelos por democracia direta, foi a capacidade deste partido em dar voz à reivindicações dos cidadãos que marcou a diferença. O M5S teria sucesso em oferecer alternativas aos «vencidos» dos processos de globalização e de desnacionalização (Conti e Memoli 2015).

No caso da Grécia, o Syriza, eleito para o parlamento grego consecutivamente desde 1996, consegue em 2012 uma vitória surpreendente nas eleições.<sup>20</sup> O desempenho do Syriza parece ser sobretudo fruto das promessas eleitorais feitas durante a campanha, nomeadamente travar a implementação do memorando de entendimento e reverter algumas das medidas de austeridade adotadas (Verney e Bosco 2013, 418). Adicionalmente, as eleições após a crise ficaram marcadas pelo ascendente eleitoral da extrema-direita grega, nomeadamente da Aurora Dourada (*Chryssi Ággelú – Cha*), um partido neofascista, que recolheu mais de 6% dos votos nas eleições legislativas de 2012 e de 2015 e que elegeu três deputados ao Parlamento Europeu nas eleições de 2014.

Adotando posturas mais radicais no que diz respeito às políticas de imigração e de acolhimento dos refugiados, a Aurora Dourada conseguiu ultrapassar competidores diretos dentro do espectro da direita radical, nomeadamente o *Laikós Orthodoxos Synagermós* (LAOS), cuja retórica era mais moderada (Ellinas 2013). Para compreender a significativa recomposição do eleitorado grego, que justifica o crescimento deste partido – e também do Syriza –, é preciso ter em conta aquelas que são as características centrais do sistema partidário grego e os efeitos que a crise económica parece ter tido no desmoronar desse sistema (*ibid.*). Segundo Ellinas (2013, 556-557), o sistema político grego sempre sofreu de níveis elevados de corrupção, clientelismo e populismo, que tornaram o sistema partidário particularmente vulnerável à crise económica de 2008. Esta tornou visível a ineficácia dos partidos do governo em gerir a economia do país e alimentou apelos por mudanças radicais, quer à esquerda, quer à direita, que se corporizaram em movimentos sociais importantes (e.g., as manifestações de protesto em toda a Grécia no dia 28 de outubro de 2011 contra a implementação de medidas de austeridade).

Adicionalmente, as políticas de austeridade desestruturaram algumas das redes clientelares estabelecidas pelos principais partidos, limitando assim a sua capacidade de «alimentar» e fixar a sua clientela eleitoral. Finalmente, o realinhamento do eleitorado grego foi propulsionado por uma perceção generalizada de que o Estado grego era incapaz de controlar os fluxos de imigrantes ilegais e de refugiados. Esta questão só foi politizada pelos partidos *mainstream* recentemente, quando os fluxos (da África e da Ásia) se intensificaram. Neste contexto, a Aurora Dourada foi capaz de se apropriar de um conjunto de temas fraturantes que lhe permitiram passar de um estatuto de páia para um estatuto de partido da oposição no parlamento grego (Ellinas 2013, 556-557).

Em Espanha e em Portugal as mudanças mais significativas apenas aconteceram nas eleições de 2015, embora os níveis de fragmentação tivessem aumentado desde 2008. Em Espanha o *Podemos* e o *C's* desafiam o PSOE e o PP, ao reunirem cerca de 35% de votos. Ambos os partidos vinham fazendo um caminho de crescimento sólido, pelo menos desde as eleições europeias de 2014, em que o *Podemos* conseguiu perto de 8% dos votos e elegeu cinco deputados, enquanto o *C's*, com 3% dos votos, elegeu dois deputados. Note-se que o *Podemos* e o *C's* têm origens diferenciadas; o primeiro surge em 2014, no contexto da crise, e o segundo em 2006, no contexto da definição da política regional da Catalunha. Com efeito, o *C's* torna-se politicamente ativo durante a campanha para a aprovação do novo estatuto da região em 2006, fazendo campanha pelo «não» (Rodríguez-Teruel e Barrio 2016, 3). Nesse ano o partido concorreu às suas primeiras eleições regionais na Catalunha e elegeu três candidatos. Em 2012 triplicou o número de eleitos e em 2015 atingiu a marca de 25 eleitos, conseguindo afirmar-se como um partido de âmbito nacional e não apenas «da Catalunha» (Rodríguez-Teruel e Barrio 2016, 5-7). As eleições locais e regionais de 2015 foram uma ante-câmara do que viria a passar-se nas legislativas de dezembro desse ano, ao anteciparem grandes mudanças nas preferências do eleitorado.

Em Portugal o contexto de crise não alterou, no imediato, os padrões de competição pelo governo. Os partidos do sistema (PS e PSD) continuaram a ser os mais votados tanto em 2009 (PS) como em 2011 (PSD), enquanto na extrema-esquerda o PCP resistia e o BE perdia mais de metade dos seus deputados. Apesar de entre 2011 e 2013 ter havido um ciclo de protestos antiausteridade, a verdade é que, ao contrário do que sucedeu noutras democracias, ele foi essencialmente dinamizado por atores tradicionais – sindicatos e partidos de esquerda (Accornero e Ramos Pinto 2014; de Giorgi e Santana Pereira 2016). Assim, não assistimos ao

<sup>20</sup> Para além da ND, PASOK e do KKE.

surgimento de novos partidos a nível parlamentar – como no caso da Espanha e da Grécia – e, paradoxalmente, observámos que os partidos que fizeram campanha contra a assinatura e implementação do memorando da *troika* não viram essa estratégia ser recompensada (Bosco e Verney 2012). Nas eleições de 2015, no entanto, Portugal aproximou-se das tendências observadas nos outros países da Europa do Sul, apresentando níveis mais elevados de fragmentação. As duas principais forças políticas – a coligação PSD/CDS-PP e o PS – falharam a maioria parlamentar e pela primeira vez na história da democracia portuguesa chegou-se a acordo para a formação de um governo de esquerda liderado pelo PS com apoio do PCP e do BE.

As razões para esta aproximação são de várias ordens; elencamos algumas. Em primeiro lugar, a reedição da coligação pré-eleitoral entre PSD e CDS tomava viável um governo de direita, num contexto em que os resultados eleitorais permaneciam em aberto. O PS de António Costa, apesar de mais inclinado à esquerda, parecia incapaz de galvanizar o eleitorado para uma maioria absoluta: nenhuma das sondagens publicadas dava a maioria absoluta a qualquer das forças políticas principais.<sup>21</sup> Em segundo lugar, o BE vinha de uma derrota pesada entre 2009 e 2011 e não tinha sido compensado pela sua estratégia de protesto. Como tal, o BE de 2015 parecia ter aprendido com os erros do passado, começando por aceitar a ideia de convergência à esquerda, que no passado tinha recusado e que tinha levado à saída de figuras destacadas do partido. Esta posição poderá ter sido uma reação estratégica ao surgimento em 2014 do LIVRE/Tempo de Avançar, que tinha como um dos pontos principais da sua agenda a convergência à esquerda. Também o PCP abandonou a zona de partido de protesto para se mostrar disponível para apoiar o PS. Recorde-se que, ao contrário do BE, o PCP é um partido ligado aos sindicatos e para o qual as causas dos trabalhadores são essenciais enquanto base de apoio. Uma eventual vitória da coligação PSD/CDS-PP poderia antever a continuidade das políticas de austeridade. Assim, nas entrevistas que realizamos antes das eleições os líderes destes partidos mostraram-se disponíveis para apoiar um governo de esquerda que revertesse o caminho da austeridade.<sup>22</sup>

<sup>21</sup> V., por exemplo, aqui, desde 2011, <http://www.marktest.com/wap/a/p/id~112.aspx> (consultado em 14-6-2016).

<sup>22</sup> Sobre a posição de Jerónimo de Sousa, [http://economico.sapo.pt/noticias/feronimo-de-sousa-diz-que-pcp-esta-disponivel-para-ser-governo\\_226945.html](http://economico.sapo.pt/noticias/feronimo-de-sousa-diz-que-pcp-esta-disponivel-para-ser-governo_226945.html); sobre a posição de Catarina Martins, <http://portocanal.sapo.pt/sites/legislativas2015/www/index.php?p=noticia&ni=212> (consultado em 14-6-2016).

Em que medida estes novos padrões se articulam com os legados da transição? No caso das democracias mais antigas – França e Itália –, os dados empíricos e a literatura consultada demonstram que o contexto específico da transição e da consolidação para a democracia foi propício para criar níveis de polarização e de instabilidade política que perduraram na longa duração – independentemente do surgimento de novos partidos e da alteração das lógicas de coligação. Acresce o facto de que as primeiras fases de estruturação dos sistemas partidários destes países entre os anos 60 e 70 foram marcadas por uma «efervescência social» – e. g., maio de 1968 em França e o *autunno caldo* em 1969 em Itália – que criou reivindicações políticas que foram absorvidas por novos partidos (verdes e/ou partidos de movimento). No entanto, vale a pena salientar o papel ativo dos partidos *mainstream* no sentido de condicionarem a ação destes novos partidos. Por exemplo, em Itália o Partido Comunista abraçou a agenda ecológica nas eleições de 1987 e em França o Partido Socialista «cooptou» alguns dos temas da agenda destes partidos como forma de condicionarem a sua expressão eleitoral entre 1970 e 1980 (Ladrech 1989). Uma estratégia similar foi adotada relativamente à FN, que em finais dos anos 90 ameaçou a hegemonia dos principais partidos franceses (Meguid 2008). O PS francês adotou uma estratégia de confrontação, opondo-se firmemente à retórica anti-imigração, o que contribuiu para reforçar o controlo da FN sobre esse tema, enquanto os gaulistas (RPR) oscilaram entre uma postura de indiferença e acomodação (Meguid 2008, 145-146).

Com a crise económica de 2008 tanto a França como a Itália assistiram ao exacerbar de algumas das tendências que já tinham germinado em fases anteriores (no caso da Itália, com a crise política de 1992-1994). Entre as novas democracias há casos de rutura com o passado, mas há também casos em que houve um reavivar de clivagens associadas ao período da transição. Em Portugal a crise criou as condições para um governo de coligação à esquerda, que, ao integrar o PCP, rompeu com a clivagem de regime que durante décadas inviabilizou as possibilidades de coligação à esquerda. Importante para este desfecho foi também o papel do BE, que, após o declínio nas eleições de 2011, em parte devido à capacidade do PS em se apropriar da agenda pós-materialista que o partido representava, mudou a sua estratégia e disponibilizou-se para apoiar um governo liderado pelo PS.

Em Espanha há novos temas, representados pelo *Podemos*, mas há também temas antigos, como os relacionados com a definição dos estatutos das regiões autónomas, que regressam à agenda pública «pela mão» do

C's. Na Grécia a crise leva a uma desestruturação significativa de um sistema partidário que durante décadas foi caracterizado por uma continuidade no modelo de relações entre Estado, sociedade e partidos – passando de um clientelismo pessoal para um institucionalizado. Especialmente neste caso, porque as fontes de legitimidade dos partidos eram essencialmente materiais, o sistema partidário encontrou-se muito mais vulnerável perante uma crise que fez desmoronar as suas fontes de ligação aos cidadãos.

## Conclusão

Neste capítulo analisámos algumas dimensões descritivas dos sistemas partidários da Europa do Sul em perspetiva longitudinal e comparada. Em termos dos níveis de fragmentação e de volatilidade eleitoral, os dados sugerem que, depois de passada a fase de transição, os sistemas partidários se estruturaram a longo prazo, com alternância política entre dois blocos ou partidos principais (com exceção parcial da Itália). Em França e em Itália os níveis de fragmentação e de volatilidade permaneceram elevados, característicos de um modelo de democracia liberal mais mobilizador e estruturado por partidos de massas e onde as clivagens tradicionais permaneceram relevantes durante mais tempo. Complementarmente, as instituições políticas nos dois países contribuíram para manter um modelo de competição a nível nacional e outro a nível regional, num caso pela prevalência de muitos partidos regionais (Itália) e noutro por via de um sistema eleitoral que permitiu que os partidos mais pequenos conseguissem trilhar o seu caminho em eleições de segunda ordem (França). Nestes países a crise alterou apenas moderadamente os padrões de competição eleitoral, na medida em as alterações mais relevantes tinham acontecido na década anterior. Em França a FN vinha fazendo um percurso sólido em eleições de segunda ordem antes de emergir na cena nacional em finais dos anos 90, enquanto em Itália os anos entre 1992 e 1994 foram aqueles que marcaram uma profunda alteração do sistema partidário da I República, abrindo espaço para o populismo e para uma crescente personalização da política e das campanhas.

Em Espanha, durante quatro décadas, o protagonismo do PP e do PSOE foi incontestado, mas as eleições de 2015 alteraram esta realidade, trazendo para a competição partidos – *Podemós* e *C's* – que se mobilizaram em torno de temas fraturantes: a regionalização e a austeridade económica imposta pelas instituições europeias. Em Portugal a crise permitiu romper com um dos legados da transição que durante décadas impediu

um entendimento entre PCP e PS. No caso da Grécia, as redes de relações clientelares, que favoreceram a sucessão no poder entre PASOK e ND foram, em última instância, a principal razão do declínio eleitoral destes partidos ante partidos da direita e da esquerda radical que (re)surgiram no contexto da crise.

Através da análise empírica, este estudo revelou que os sistemas partidários mais instáveis são aqueles em que as despesas em infraestruturas são mais particularistas. Não obstante, a presença de partidos mais institucionalizados parece também influenciar o tipo de competição e as possibilidades de mudança. Da análise histórica comparativa podemos destacar três aspetos. Em primeiro lugar, o tipo de transição levou a uma estruturação precoce dos sistemas partidários das novas democracias da Europa do Sul, que durou até 2008. Em Portugal, a transição por revolução social e a rutura com o passado autoritário geraram fontes simbólicas de estabilização do sistema partidário a longo prazo. Em Espanha e na Grécia, a transição por reforma implicou um papel ativo das elites do regime autoritário na fabricação das novas instituições democráticas e na distribuição dos recursos políticos e económicos, deixando o sistema partidário mais vulnerável à sua dimensão material, isto é, redistributiva.

Em segundo lugar, nas eleições depois da crise Portugal permaneceu resiliente ante a desestruturação dos sistemas partidários da Grécia e da Espanha, onde os movimentos antiausteridade foram mais persistentes e importantes para o surgimento de novos partidos. Em Portugal, pelo contrário, a crise não originou novos partidos e os movimentos antiausteridade foram dinamizados por atores tradicionais (sindicatos e partidos de esquerda). Ou seja, os partidos tradicionais foram bem-sucedidos em absorver os principais temas de conflito político, limitando o surgimento de novos partidos ou de competidores dentro do mesmo espectro político (é. g., acomodação do PS relativamente ao BE e do BE relativamente ao LIVRE). De resto, esta estratégia de acomodação por parte dos principais partidos parece ter funcionado melhor no caso francês do que no italiano. Na continuidade destes resultados, uma possível linha de pesquisa futura passaria por um mapeamento mais fino das estratégias – de acomodação, indiferença ou confrontação – dos partidos em contextos de crise, sobretudo no caso das democracias mais jovens da Europa do Sul, que têm sido menos investigadas deste ponto de vista.



## Bibliografia

- Accomero, Guya, e Pedro Ramos Pinto. 2014. «Mild mannered? Protest and mobilisation in Portugal under austerity, 2010-2013». *West European Politics*, 38 (3): 491-515.
- Bartolini, Stefano, e Peter Mair. 1990. *Identity, Competition, and Electoral Availability: The Stabilisation of European Electorates, 1885-1985*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Beck, Nathaniel, e Jonathan N. Katz. 1995. «What to do (and not to do) with time-series cross-section data». *The American Political Science Review*, 89 (3): 634-647.
- Bellucci, Paolo. 2014. «The political consequences of blame attribution for the economic crisis in the 2013 Italian national election». *Journal of Elections, Public Opinion and Parties*, 4 (2): 243-263.
- Bellucci, Paolo, Marina Costa Lobo e Michael Lewis-Beck. 2012. «Economic crisis and elections: the European periphery». *Electoral Studies*, 31 (3): 469-471.
- Bornschier, Simon, e Romain Lachat. 2009. «The evolution of the French political space and party system». *West European Politics*, 32 (2): 360-383.
- Bosco, Anna, e Susannah Verney. 2012. «Electoral epidemic: the political cost of economic crisis in Southern Europe, 2010-2011». *South European Society and Politics*, 17 (2): 129-154.
- Bruneau, Thomas C., et al. 2001. «Democracy, Southern European style». In *Parties, Politics, and Democracy in the New Southern Europe*, eds. P. Nikiforos Diamandouros e Richard Gunther. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 16-82.
- Capocchia, Giovanni, e R. Daniel Kelemen. 2007. «The study of critical junctures theory, narrative, and counterfactuals in historical institutionalism». *World Politics*, 59: 341-369.
- Conti, Nicolò, e Vincenzo Memoli. 2015. «The emergence of a new party in the Italian party system: rise and fortunes of the five star movement». *West European Politics*, 38 (3): 516-534.
- Coppedge, Michael, et al. 2016. «V-Dem codebook v6». In *Varieties of Democracy (V-Dem) Project*.
- Cotta, Maurizio. 1996. «Structuring the new party systems after the dictatorship: coalitions, alliances, fusions and splits during the transition and post-transition stages». In *Stabilising Fragile Democracies Comparing New Party Systems in Southern and Eastern Europe*, eds. Geoffrey Pridham e Paul G. Lewis. Londres e Nova Iorque: Routledge, 69-99.
- de Giorgi, Elisabetta, e José Santana Pereira. 2016. «The 2015 Portuguese legislative election: widening the coalitional space and bringing the extreme left in». *South European Society and Politics*, 21 (4): 451-468.
- della Porta, Donatella. 2012. «Mobilizing against the crisis, mobilizing for 'another democracy': comparing two global waves of protest». *Interface: a Journal for and about Social Movements*, 4 (1): 274-277.
- della Porta, Donatella. 2013. *Can Democracy Be Saved: Participation, Deliberation and Social Movements*. Cambridge e Malden: Polity Press.
- della Porta, Donatella, et al. 2016. *Late Neoliberalism and its Discontents: Comparing Crisis and Movements in the European Periphery*. Londres: Palgrave-Macmillan.
- della Porta, Donatella, et al. 2017. *Memories and Movements. The Legacy of Democratic Transitions in Contemporary Anti-Austerity Protest*. Oxford: Oxford University Press.
- Diamandouros, P. Nikiforos, Hans-Jürgen Puhle e Richard Gunther. 1995. «Conclusion». In *The Politics of Democratic Consolidation: Southern Europe in Comparative Perspective*, eds. Richard Gunther, P. Nikiforos Diamandouros e Hans-Jürgen Puhle. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 389-414.
- Diamandouros, P. Nikiforos, e Richard Gunther. 2001a. «Introduction». In *Parties, Politics, and Democracy in the New Southern Europe*, eds. P. Nikiforos Diamandouros e Richard Gunther. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1-15.
- Diamandouros, P. Nikiforos, e Richard Gunther, eds. 2001b. *Parties, Politics, and Democracy in the New Southern Europe*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press.
- Ellinas, Antonis A. 2013. «The rise of golden dawn: the new face of the far right in Greece». *South European Society and Politics*, 18 (4): 543-565.
- Fabbrini, Sergio. 2009. «The transformation of Italian democracy». *Bulletin of Italian Politics*, 1 (1): 29-47.
- Fernandes, Tiago. 2014a. «Patterns of civil society after authoritarianism: a comparison of Portugal and Spain, 1970s-2000s». *CES Papers - Open Forum*, 17.
- Fernandes, Tiago. 2014b. «Rethinking pathways to democracy: civil society in Portugal and Spain, 1960s-2000s». *Democratization*, 22 (6): 1074-1104.
- Fernandes, Tiago. 2018. «Organizational sources of social resilience and progressive governance: Portugal during and after austerity (2008-2015)». In *Inequality in the Portuguese-Speaking World*, org. Francisco Bethencourt. Eastbourne: Sussex Academic Press (no prelo).
- Fishman, Robert. 2005. «Legacies of democratizing reform and revolution: Portugal and Spain compared». *ICS Working Paper*, P 1-05.
- Fishman, Robert. 2010. «Review: Rethinking state and regime: Southern Europe's transition to democracy». *World Politics*, 42 (3): 422-440.
- Freire, André. 2015. «Sistemas eleitorais e reformas políticas: Portugal em perspetiva comparada». *E-pública - Revista Eletrónica de Direito Público*, 4: 1-27.
- Gunther, Richard. 2005. «Parties and electoral behavior in Southern Europe parties». *Comparative Politics*, 37 (3): 253-275.
- Gunther, Richard, P. Nikiforos Diamandouros e Hans-Jürgen Puhle, eds. 1995. *The Politics of Democratic Consolidation Southern Europe in Comparative Perspective*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press.
- Hewlett, Nick. 2012. «Voting in the shadow of the crisis. The French presidential and parliamentary elections of 2012». *Modern & Contemporary France*, 20 (4): 403-420.
- Hines, David. 1990. «The consolidation of democracy in post-war Italy». In *Securing Democracy Political Parties and Democratic Consolidation in Southern Europe*, org. Geoffrey Pridham. Londres e Nova Iorque: Routledge, 62-83.
- Hogan, John. 2006. «Remoulding the critical junctures approach». *Canadian Journal of Political Science*, 39 (3): 657-679.
- Jalali, Carlos. 2007. *Partidos e Democracia em Portugal, 1974-2005: da Revolução ao Bipartidarismo*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Kriesi, Hanspeter. 1998. «The transformation of cleavage politics. The 1997 Stein Rokkan lecture». *European Journal of Political Research*, 33: 165-185.
- Kriesi, Hanspeter. 2012. *Political Conflict in Western Europe*. Nova Iorque: Cambridge University Press.
- Kriesi, Hanspeter, e Takis S. Pappas. 2015. «Populism in Europe during crisis: an introduction». In *European Populism in the Shadow of the Great Recession*, eds. Hanspeter Kriesi e Takis S. Pappas. Colchester: ECPR Press, 1-22.

- Ladrech, Robert. 1989. «Social movements and party systems: the French Socialist Party and new social movements». *West European Politics*, 12 (3): 262-279.
- Lewis-Beck, Michael. 1988. *Economics and Elections: The Major Western Democracies*. Ann Arbor, MI: Michigan University Press.
- Liebert, Ulrike. 1990. «From polarization to pluralism: regional-nationalist parties in the process of democratic consolidation in post-Franco Spain». In *Securing Democracy? Political Parties and Democratic Consolidation in Southern Europe*, org. Geoffrey Pridham. Londres e Nova Iorque: Routledge, 147-178.
- Liphart, Arend, et al. 1988. «A Mediterranean model of democracy? The Southern European democracies in comparative perspective». *West European Politics*, 11 (1): 7-25.
- Lipset, Martin Seymour, e Stein Rokkan. 1967. *Party Systems and Voter Alignments: Cross-National Perspectives*. Toronto: The Free Press.
- Lobo, Marina Costa, e Michael Lewis-Beck. 2012. «The integration hypothesis: how the European Union shapes economic voting». *Electoral Studies*, 31 (3): 522-528.
- Magalhães, Pedro C. 2014. «Introduction - financial crisis, austerity, and electoral politics». *Journal of Elections, Public Opinion and Parties*, 24 (2): 125-133.
- Mainwaring, Scott, e Edmund Zoco. 2007. «Political sequences and the stabilization of interparty competition: electoral volatility in old and new democracies». *Party Politics*, 13 (2): 155-178.
- Mair, Peter. 2002. «Comparing party systems». In *Comparing Democracies: New Challenges in the Study of Elections and Voting*, orgs. Lawrence LeDuc, Richard G. Niemi e Pippa Norris. Londres: Sage Publications, 88-108.
- Mair, Peter, Wolfgang C. Müller e Fritz Plasser. 2004. *Political Parties and Electoral Change: Party Responses to Electoral Markets*. Londres, Thousands Oaks e Nova Deli: Sage Publications.
- Matos, Luis Salgado de. 1992. «O sistema político português e a Comunidade Europeia». *Análise Social*, xxvii (118): 773-87.
- Morlino, Leonardo. 1995. «Political parties and democratic consolidation in Southern Europe». In *The Politics of Democratic Consolidation: Southern Europe in Comparative Perspective*, orgs. Richard Gunther, P. Nikiforos Diamandouros e Hans-Jürgen Puhle. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 315-388.
- O'Donnell, Guillermo, e Philippe C. Schmitter. 1986. *Transitions from Authoritarian Rule: Tentative Conclusions about Uncertain Democracies*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press.
- Pasquino, Gianfranco. 2001. «The new campaign politics in Southern Europe». In *Parties, Politics, and Democracy in the New Southern Europe*, orgs. P. Nikiforos Diamandouros e Richard Gunther. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 183-223.
- Pasquino, Gianfranco, e Marco Valbruzzi. 2010. «Still an outlier: Italy in a Southern European comparative perspective». *Journal of Modern Italian Studies*, 15 (2): 183-199.
- Pedersen, Mogens N. 1979. «The dynamics of European party systems: changing patterns of electoral volatility». *European Journal of Political Research*, 7 (1): 1-26.
- Pedersen, Mogens N. 1983. «Western European party systems: continuity and change». In *Changing Patterns of Electoral Volatility in European Party Systems: Explorations in Explanation*, orgs. Hans Daalder e Peter Mair. Beverly Hills, CA, e Londres: Sage Publications, 29-66.
- Pedersen, Mogens N. 1990. «Electoral volatility in Western Europe, 1948-1977». In *The West European Party System*, org. Peter Mair. Nova Iorque: Oxford University Press, 195-208.
- Pinto, António Costa. 2010. «The authoritarian past and South European democracies: an introduction». *South European Society and Politics*, 15 (3): 339-358.
- Pridham, Geoffrey. 1984. «Comparative perspectives on the new Mediterranean democracies: a model of regime transition?». *West European Politics*, 7 (2): 1-29.
- Pridham, Geoffrey. 1990a. «Political actors, linkages and interactions: democratic consolidation in Southern Europe». *West European Politics*, 13 (4): 103-117.
- Pridham, Geoffrey, org. 1990b. *Securing Democracy: Political Parties and Democratic Consolidation in Southern Europe*. Londres e Nova Iorque: Routledge.
- Pridham, Geoffrey, e Paul G. Lewis, orgs. 1996. *Stabilising Fragile Democracies: Comparing New Party Systems in Southern and Eastern Europe*. Londres e Nova Iorque: Routledge.
- Pridham, Geoffrey, e Susannah Verney. 1991. «The coalitions of 1989-90 in Greece: inter-party relations and democratic consolidation». *West European Politics*, 14 (4): 42-62.
- Roberts, Kenneth M., e Erik Wibbels. 1999. «Party systems and electoral volatility in Latin America: a test of economic, institutional, and structural explanations.» *The American Political Science Review*, 93 (3): 575-590.
- Rodríguez-Teruel, Juan, e Astrid Barrio. 2016. «Going national: ciudadanos from Catalonia to Spain». *South European Society and Politics*, 21 (4): 587-607.
- Sassoon, Donald. 1990. «The role of the Italian Communist Party in the consolidation of parliamentary democracy in Italy». In *Securing Democracy: Political Parties and Democratic Consolidation in Southern Europe*, org. Geoffrey Pridham. Londres e Nova Iorque: Routledge, 84-103.
- Shamir, Michal. 1984. «Are Western party systems 'frozen'? A comparative dynamic analysis». *Comparative Political Studies*, 17 (1): 35-79.
- Spourdakis, Michalis. 1996. «Securing democracy in post-authoritarian Greece: the role of political parties». In *Stabilising Fragile Democracies: Comparing New Party Systems in Southern and Eastern Europe*, orgs. Geoffrey Pridham e Paul G. Lewis. Londres e Nova Iorque: Routledge, 167-185.
- Tavits, Margit. 2005. «The development of stable party support: Party dynamics in post-communist Europe». *American Journal of Political Science*, 49 (2): 283-298.
- Verney, Susannah, e Anna Bosco. 2013. «Living parallel lives: Italy and Greece in an age of austerity». *South European Society and Politics*, 18 (4): 397-426.